

FUNDADORES:

Prefeito ALIM PEDRO
Procurador Geral GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

DIRETOR RESPONSÁVEL

Procurador Geral JOSIO DE SALLES

DIRETOR EXECUTIVO

GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

REDATOR SECRETÁRIO:

BENEDICTO DE AZEVEDO BARROS

REDADORES ESPECIAIS:

ELMANO CRUZ
AGUIAR DIAS
GOULART PIRES

COLABORAM NESTE NÚMERO:

HELY LOPES MEIRELLES
JOSÉ GOMES B. CÂMARA
CELESTINO SA FREIRE BASILIO
YVES DE OLIVEIRA
HILTON J. GADRET
OTTO GIL
LEOPOLDO BRAGA
CARLOS DA ROCHA GUILMARÃES
LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA
BENEDICTO BARROS
JOSÉ DE AGUIAR DIAS
OSWALDO GOULART PIRES

ENCARREGADO DO EXPEDIENTE:

C. A. SHOLL FERREIRA

As opiniões assinadas são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

SUMÁRIO**DOCTRINA**

	Págs.
Urbanismo e Plano Diretor — HELY LOPES MEIRELLES	1
Urbanismo. Conceito e evolução. Arte social. Planejamento	1
O Plano Diretor do Município. Conceito e objetivo. Fixação de normas	5
Os Elementos do Plano Diretor. Plantas, planos e legislação	16
A Comissão do Plano Diretor. Constituição e atribuições	28
O Problema da secularização dos cemitérios — JOSÉ GOMES B. CÂMARA ..	36
O Poder Judiciário como garantia dos direitos individuais — CELESTINO DE SA FREIRE BASÍLIO	43
Autonomia municipal e assistência técnica — YVES DE OLIVEIRA	60
A Contribuição de Melhoria e sua aplicação no Distrito Federal — HILTON J. GADRET	65
O que é a Contribuição de Melhoria	65
Crítica à legislação vigente	87
Imposto de vendas e consignações. Recaindo, ao mesmo tempo, sobre a mesma mercadoria, não ocorre bi-tributação — OTTO GIL	127
O problema da imunidade fiscal das autarquias em face do Direito Posi- tivo — LEOPOLDO BRAGA	136
Pontos cardeais do problema	136
Exame da matéria em face da Carta de 1937	137
O advento do Decreto-lei n.º 6.016, de 22-11-1943, e sua inconstitu- cionalidade	145
Negação do pretense caráter “regulamentar” e “interpretativo” do Decreto-lei n.º 6.016	146
Caducidade do Decreto-lei n.º 6.016	152
Revogação tácita do Decreto-lei n.º 6.016	156
Limite da lei federal à esfera da competência tributaria da União. Um conceito contraditório e paradoxal de “imunidades”	160
Exame do problema em face da Constituição de 1946	165
Personalidade distinta e patrimônio próprio	166
Incoerência e duplicidade de critérios. Soluções inaceitáveis. Um dilema fatal	167
O “direito excepcional” e sua interpretação	175
A orientação da Carta Magna de 1946	183
Na seara dos constitucionalistas	189
Exame do problema à luz dos “trabalhos preparatórios da Consti- tuição”	191
Argumento inócuo: o mito da “intributabilidade” dos bens e ser- viços públicos	194
Variantes da doutrina ampliativa. Restrições e atenuações caute- losas	200
Fórmulas e critérios particularistas	214
O aspecto especial dos “serviços públicos” autárquicos	219
Intransponibilidade do óbice constitucional. Resumo, refutações e conclusões	225
	226

O problema da causa no direito tributário — CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES	Págs. 239
A disponibilidade remunerada prevista no artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	302
Ação rescisória. Competência — BENEDITO BARROS	382

ACÓRDÃOS E SENTENÇAS

I — SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

— Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público. <i>Comentário</i> — JOSÉ DE AGUIAR DIAS	386
— Revelia importa confissão. Ressalva quando se trate de pessoa jurídica de direito público. <i>Comentário</i> — OSWALDO GOULART PIRES	399
— Imposto de Vendas e Consignações. Exportação. <i>Comentário</i> — OSWALDO GOULART PIRES	403

II — TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

— Concessão de serviço público. Isenção fiscal. Transferência de bens reversíveis. Figura de fideicomisso. <i>Comentário</i> — OSWALDO GOULART PIRES	409
— Coisa julgada. Autoridade e garantia constitucional. <i>Comentário</i> — BENEDITO BARROS	414
— Imposto de Vendas e Consignações. Produtos de exportação.	426
— Chefia de seção. Cargo em comissão. Titular efetivo do cargo. Gratificação. <i>Comentário</i> — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	428
— Desapropriação. Desistência após julgado. <i>Parecer Administrativo, petição de desistência, despacho da presidência do Tribunal e parecer da Procuradoria da Justiça</i>	432
— Próprio Municipal por desapropriação. Ocupação. Revisão de valor locativo. <i>Comentário</i> — OSWALDO GOULART PIRES	457
— Imposto de Vendas e Consignações sobre produto de exportação	460
— Alvará de licença para localização. Funcionamento de motores com ruídos. Cassação. <i>Comentário da Redação</i>	461
— Funcionário. Relação jurídica com o Estado é estatutária. <i>Comentário</i> — OSWALDO GOULART PIRES	463
— Artigo 24 do A.D.C.T. Disponibilidade. Reaproveitamento	466
— Artigo 24 do A.D.C.T. Não cabem as restrições do artigo 185 da Constituição	468
— Imposto de Vendas e Consignações. Cobra-se sobre o valor total da operação	470
— Imóvel atingido por decreto de desapropriação. Não há ressarcimento de despesas decorrentes de obras realizadas. <i>Comentário da Redação</i>	472

PARECERES ADMINISTRATIVOS

Posturas relativas à construção. União, Estados e Autarquias estão a elas sujeitos — MANUEL DE CARVALHO BARROSO	475
Obra realizada sem licença. Legalização e pagamento da "mais valia". Caráter punitivo e não fiscal — MANUEL DE CARVALHO BARROSO	478
Direito de construir. Urbanização. Valor do projeto aprovado (p. a.) que atinge totalmente o imóvel. Necessidade de desapropriação — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	480
Edifício em condomínio. Alteração interna da unidade. Legislação Aplicável — WALTER DE AQUINO	482

Fechamento de terrenos baldios. Artigo 480 do Código de Obras — VOTAIRE MOISÉS DE SOUZA	Págs. 485
Caderno de obrigações: Aceitação de obras. Retroatividade das leis. — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	487
Licença de construção. Lei nova. Processamento em curso — MANUEL DE CARVALHO BARROSO	492
Dívida ativa. Conceituação. Inscrição de dívida — CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES	494
Imposto. Sua base e fato gerador — CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES	500
Imposto de licença de instalações mecânicas. Revogação. Conseqüências — CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES	502
Dívida fiscal. Proibição de compensação — MAURÍCIO DE LACERDA	503
Desapropriação. Documentos exigíveis do expropriado — LUIZ DE M. S. MACHADO GUIMARÃES	507
Favelas. Desapropriação impeditiva de despejo. Pagamento em apólices. — MANUEL DE CARVALHO BARROSO	509
Favelas. Situação jurídica e situação de fato — BARBOSA LIMA SOBRINHO	515
Enfiteuse. Reconhecimento de alodialidade. Prescrição quarentenária — ROBERTO PINTO FERNANDES	518
Enfiteuse. Alodialidade e opção — ROBERTO PINTO FERNANDES	520
Próprio municipal. Doação com encargos. Art. 45 da Lei Orgânica. Tribunais de Contas da União e da Prefeitura. Competências — GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO	525
Veto parcial. Rejeição. Data da vigência do dispositivo vetado — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	553
Bem dominical da Prefeitura. Permuta. Arts. 25 e 45 da Lei Orgânica — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	556
Declaração de inidoneidade para transacionar com a Prefeitura — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	558
Concorrência pública. Locação de bens imóveis e fornecimento. Exclusividade — ROBERTO PINTO FERNANDES	561
Permissão e concessão de serviço público. "Operação Copacabana" — BARBOSA LIMA SOBRINHO	563
Departamento de Estradas de Rodagem. Subordinação à Prefeitura — BARBOSA LIMA SOBRINHO	565
Empréstimo externo. Lei n.º 800. Substituição de apólices — BARBOSA LIMA SOBRINHO	568
Imóvel desapropriado. Ações de despejo e de reintegração de posse — LUIZ DE M. S. MACHADO GUIMARÃES	571
Documento oficial. Falsidade ideológica — RAUL LINS E SILVA FILHO	573
Telefone. Inclusão no ativo e passivo de uma firma para efeito de venda. Resolução n.º 19 — WALTER AQUINO	575
Leite. Adulteração. Cassação de licença do infrator — WALTER AQUINO	577
Subvenções e auxílios. Assistência social. Aplicação e fiscalização — AUGUSTO LEIVAS DE OTERO	580
Aluguel. Revisão. Prefeitura locatária. Legislação de emergência — JOSÉ GOES XAVIER DE ANDRADE	581
Direito ao vencimento. Funcionário federal em exercício na Prefeitura. Enriquecimento ilícito do Estado — CARLOS ROCHA MAFRA DE LAET	582
Substituição. Conseqüências. Designação irregular. Direito ao vencimento. Enriquecimento ilícito do Estado — BARBOSA LIMA SOBRINHO	587
Concurso. Prazo de validade. Prorrogação — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	593
Concurso para magistério. Classificação em duas matérias. Acumulação — NELSON GUIMARÃES BARRETO	595
Aplicação e extensão de julgado. Diferenciação. Efeitos da sentença — GUSTAVO AFONSO CAPANEMA	598

	Págs.
Efeitos de decisão judicial ou administrativa, constitutiva de direito — BENEDICTO BARROS	605
Cargo em comissão. Exercício por período superior a 10 anos. Estabilização dos vencimentos — NELSON GUIMARÃES BARRETO	606
Extranumerário falecido por acidente em serviço. Pensão. Diplomas reguladores — GENOLINO AMADO	610
Acumulação remunerada. Disponibilidade remunerada decorrente do art. 24 do A.D.C.T. Aproveitamento — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	613
Opção de vencimento. Exercício, por funcionário da P.D.F., de cargo em comissão federal — GILSON AMADO	618
Quinquênio. Cômputo de tempo de serviço não prestado à Prefeitura — GILSON AMADO	624
Quinquênio. Apuração de tempo de serviço. Conceito de "função" — GILSON AMADO	628
Salário-família. Funcionária não tem direito, quando seu marido já o percebe — GILSON AMADO	635
Concurso. Interino habilitado. Ordem de classificação — GILSON AMADO Advogados do Montepio. Equiparação já concedida aos Procuradores de 1.ª categoria das autarquias federais — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	638
Condenação criminal. Exercício da função pública — ANTÔNIO FRANKLIN-BUENO DO PRADO	643
Assistência judiciária criminal a funcionário — RAUL LINS E SILVA FILHO	650
Despachante municipal. Natureza da função. Impedimentos — GILSON AMADO	652
	654

PODER EXECUTIVO

I — SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

— Acumulação. Funcionário da Prefeitura e servidor do Banco da Prefeitura do Distrito Federal. Situação anterior ao vigente Estatuto dos Funcionários. Permissibilidade	656
— Assistência técnica às municipalidades pela Prefeitura do Distrito Federal. Designação de funcionário em missão especial. Instituto Brasileiro de Assistência Municipal	659
— Professor de Curso Primário. Admissão como extranumerário. Nomeação para o Quadro Permanente e a exigência de estágio. Falta de verba. Artigo 46 do Código de Contabilidade. Suspensão de pagamento	661
— Despachante. Exercício por funcionário federal aposentado. Inexistência de dispositivo legal impeditivo	671
— Aproveitamento de funcionário com diploma registrado no cargo de professor. Estatuto dos funcionários não revogou lei especial. Árbitro do Executivo	672
— Extranumerário. Enquadramento. Informações de favor. Ausência de direito à reclamação	674
— Vencimentos e proventos. Legislação municipal defere a igualdade. Exceção para as situações personalíssimas e para vantagens de aposentadoria conferidas posteriormente	676
— Benefício de "Bolsa de Estudos" no estrangeiro. Inexistência de direito ao vencimento e à contagem de tempo de serviço. Tradicional a concessão do favor. Deferimento por equidade	678
— Processo administrativo. Direito à ampla defesa	680
— Readaptação. Conceito da expressão "doente mental"	683

— Quinquênio. Cômputo de tempo de serviço em que se exerceu <i>de fato</i> a função de médico. Critério da administração municipal. Impossível acolher exercício federal de função <i>de fato</i>	685
— Quinquênio. Cômputo de tempo de serviço municipal. Exercício <i>de fato</i> da função	687
— Salário-família. Impossibilidade de seu recebimento por ambos os cônjuges, funcionários	690
— Servidor por contrato. Renovação. Artigo 252 do Estatuto dos Funcionários. Nova admissão e prorrogação	691
— Estatuto dos Funcionários. Não revogação das leis especiais regentes de situações não previstas especificamente. Contratação de professores, primários e auxiliares acadêmicos	694
— Tempo de serviço. Artigo 255 do Estatuto. Contagem para todos os efeitos, independentemente da origem. Licença especial — Magistério municipal. Aposentadoria-prêmio com 25 anos de serviço. Lei 665-51 e artigo 76, § 2.º do Estatuto	698
	704
II — SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	
— Tabela de vencimentos e salários da Prefeitura do Distrito Federal (desde 1 de janeiro de 1940 até a data presente — Lei 856, de 24 de agosto de 1956)	708
III — PROCURADORIA GERAL	
— Tabela do Imposto de Sucessão de bens do Distrito Federal...	708
IV — SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS	
— Processamento das guias para pagamento do imposto de transmissão <i>inter-vivos</i>	709
RAZÕES JUDICIAIS	
Ação popular. O comércio exterior e o regime de importações. Os favores da lei federal n.º 3.053 e o princípio constitucional da isonomia — EDUARDO PELLEGRINI	711